

Educação Física. O conceito de novo-desenvolvimento tem como suporte teórico os estudos de Keynes. O texto de Sicsú, Paula e Michel (2007) serve de base para explicar a teoria do novo-desenvolvimentismo. Como contraponto a esta teoria e seu viés na educação e Educação Física, são usados os teóricos Melo (2004), Frigotto (2010a; 2010b), e Taffarel & Escobar (2009) que têm seus estudos numa perspectiva marxista. São usados para criticar a teoria do capital humano como opção de saída dos países para o desenvolvimento e a diminuição da desigualdade e propor uma educação, e Educação Física, dentro de um projeto histórico de superação do modo de produção capitalista.

2. NOVO-DESENVOLVIMENTISMO E O PAPEL DO ESTADO

Sicsú, Paula e Michel (2007) definem como origens teóricas do novo-desenvolvimentismo as visões de Keynes e economistas “keynesianos contemporâneos” a respeito da complementaridade entre Estado e mercado, além da visão de que a industrialização latino-americana não deu conta de resolver as desigualdades sociais na região e que seria a industrialização a redentora da pobreza e desigualdade social. A independência política e econômica viria através do crescimento econômico autossustentado. Para Keynes, o Estado é capaz de coordenar a concorrência e interferir nos setores econômicos para controlar o desemprego, a inflação e a distribuição de renda e da riqueza. Baseia-se na ideia de “transformação produtiva com equidade social”, com compatibilidade entre crescimento econômico sustentável e melhor distribuição de renda. Nessa teoria, um Estado forte daria condições para existência de um mercado forte.

Além do aspecto da complementaridade na atuação no mercado, o Estado, na visão novo-desenvolvimentista, deveria passar por uma reestruturação, aproximando sua prática às das empresas privadas, como se os problemas de sua atuação residissem apenas numa questão de reorganização. Surgem as “parcerias público-privadas”, as agências reguladoras, terceirizações e outras formas de organização que acabam transferindo responsabilidades, a muito atribuídas ao Estado, à iniciativa privada.

Na perspectiva novo-desenvolvimentista, a concorrência é uma necessidade porque estimula a inovação na tentativa de maximização do lucro, minimização dos custos, tornando o capitalismo dinâmico, estabelecendo remunerações e riquezas diferenciadas aos indivíduos

havendo uma necessidade de novas categorias como: sociedade do conhecimento técnico, qualidade total, formação flexível, formação de competências e empregabilidade – metamorfose do conceito de capital humano (idem).

Onde a Educação Física se situa nesse contexto educacional? Para Taffarel & Escobar (2009), a Educação Física defende uma “Cultura do corpo” (grifo das autoras) numa visão dicotomizada do ser humano, onde a soma das partes se configuraria num todo:

Essas abordagens da Educação Física Escolar, obstinadas pelo empirismo e hoje estimuladas pelo teor das orientações legais, desembocam, inevitavelmente na defesa de uma "Cultura do corpo", a qual pode ser explicada como uma racionalização formalista da atividade humana que, calcada no princípio positivista da soma das partes {área afetiva + área cognitiva + área motora = totalidade/homem}, instrumentaliza as ações, separadamente manuais e intelectuais, com caráter reprodutivo específico, visando o funcionalismo no trabalho.

Analisando esses elementos, podemos situar o papel da Educação Física no contexto da teoria do capital humano, vinculada à proposta de educação do neo-desenvolvimentismo onde a Educação Física assumiria o papel de “aperfeiçoamento da capacidade de rendimento físico, o desenvolvimento de capacidades motoras básica, hábitos higiênicos vitais e desportivas[...]” (idem).

CONCLUSÃO

O discurso do “mundo globalizado” tem a intenção de deixar no campo da inevitabilidade as possíveis, e inevitáveis agruras que a opção pelo modo de produção capitalista venha nos oferecer como efeito colateral inevitável. Nas duas últimas décadas do século XX, é este o discurso hegemônico do projeto neoliberal para a América Latina, o que justificaria a aceitação das adaptações sócio-políticas e econômicas impostas aos países dessa região. (MELO, 2004, p. 28).

É indiscutível o descontentamento por parte dos trabalhadores que as promessas de um progresso para todos, de uma melhoria na qualidade de vida e um mundo melhor não se concretizará sob os auspícios do capitalismo. Nesse momento, ressurgem, com muita força, alternativas até então consideradas pela maioria como ultrapassadas e que não dão mais conta de explicar o mundo em que vivemos. Estamos em um mundo “[...] que tem no mercado o *deus regulador* do conjunto das relações sociais [...]” (FRIGOTTO, 2010b, p. 16, grifo do autor). Não podemos negar a hegemonia neoliberal e capitalista, mas não podemos negar também que estamos num momento de contradições severas, de interesses diametralmente

